

AH/SD: CONCEPÇÕES, INVISIBILIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E NECESSIDADES

Uma entrevista com Laura Ceretta Moreira

Para concluir este dossiê, apresentamos a entrevista que realizamos com a professora Laura Ceretta Moreira, do Setor de Educação da UFPR. Suas contribuições para o estudo e a compreensão das AH/SD têm sido fundamentais não só no contexto da nossa universidade, mas nacional e internacionalmente, como ilustra a biodata apresentada no próximo parágrafo. Ao longo da entrevista, a docente nos fala sobre as diferentes concepções de AH/SD, das políticas públicas de visibilização das pessoas com AH/SD, da necessidade de uma formação inicial e continuada nos cursos de licenciatura que contemplem o conhecimento das AH/SD, da importância do trabalho interinstitucional para os avanços das pesquisas na área e de como elas têm revelado que a identificação das pessoas com AH/SD são transpassadas pela interseccionalidade de raça, gênero, classe, dentre outros marcadores.

Laura Ceretta Moreira é licenciada em Educação Especial-UFMS/RS e Pedagogia (FIC/RS), especialista em Neurociência na Educação (CBI of Miami), mestra (UFMS/RS), doutora (USP/SP) e pós-doutora em Educação (UFRJ). A pesquisadora é professora titular da UFPR e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. É coordenadora do LAPEAHS (Laboratório de Políticas, Pesquisas e Práticas Educacionais em Altas Habilidades/Superdotação) e líder do Grupo de Pesquisa: Educação Inclusiva/ Educação Especial: Políticas, Práticas e Processos de Desenvolvimento Humano. É membro do Comité Académico Accesibilidad y Discapacidad de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) e membro da Comissão Assessora em Educação Especial e Atendimento Especializado em Exames e Avaliações da Educação Básica/ INEP. É fundadora e pesquisadora da Rede Latino-americana de Inclusão Docente (REVISo) e pesquisadora do Phoenix International Research Group. Em sua vasta experiência na área e forte engajamento com a educação inclusiva, Laura Moreira foi coordenadora do NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (2006-2021); coordenadora da CEPIGRAD - Coordenação de Estudos e Políticas Inclusivas na Graduação (2010- 2018); coordenadora da CID - Coordenadoria de Inclusão e Diversidade da UFPR (2018-2021); editora-chefe da Revista do Conselho Brasileiro de Superdotação - ConBraSD (2018-2022) e Presidente da Comissão Científica do ConBraSD (2018-2022).

Dada a ampla contribuição da docente para a área de educação especial, principalmente no que concerne o tema específico de nosso dossiê - AH/SD, é com muita satisfação que fechamos o volume com esta entrevista.

Ana Paula e Nylcéa:

Cara Laura, em primeiro lugar, obrigada pelo aceite de dialogar com a gente e fazer parte deste dossiê temático composto por textos traduzidos sobre AH/SD. Reconhecemos sua ampla e atuante trajetória e, por isso, sua participação é extremamente relevante. Gostaríamos de iniciar o diálogo abordando o conceito de AH/SD. Sabemos que há diferentes concepções de AH/SD e diversas questões que influenciam sua compreensão. Gostaríamos que trouxesse a sua visão e quais as principais referências que embasam seus estudos e práticas.

Laura Ceretta Moreira:

Inicialmente agradeço a oportunidade de trazer uma temática que é bastante negligenciada no cenário educacional, a qual é ainda carregada de mitos e ausências, sobretudo nos currículos de formação docente e de profissionais na área da saúde.

Esse contexto repercute desde a identificação até o atendimento de estudantes, que apresentam AH/SD. Faço parte desse contexto, ou seja, não tive em minha formação inicial e/ou continuada, conteúdos ou discussões sobre AH/SD. Somente com a criação do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais) na UFPR, em 2006, que me deparei com a invisibilidade desses/as estudantes na universidade e o quanto vinham sistematicamente sendo excluídos/as desde a educação básica.

Essa realidade me levou a estudar e estabelecer parcerias com a rede básica de ensino, visto que na universidade tínhamos, naquela época, raras ações que evidenciavam as AH/SD no ensino, na pesquisa e na extensão. A partir disso, comecei a me apropriar das teorias e concepções desenvolvidas tanto no contexto nacional quanto no internacional e a entender o quanto a temática apresenta uma visão multidimensional, que pode ser percebida desde a multiplicidade de terminologias empregadas para referir-se à condição: dotação, talento, superdotação, altas habilidades e superdotação, altas habilidades ou superdotação, altas habilidades/superdotação. A escolha terminológica não é aleatória; existe complexidade e nuances conceituais em cada termo, no que concerne a compreensão e a concepção, o que, por conseguinte, acarreta em diferentes perspectivas de identificar, avaliar e trabalhar com essa população seja no contexto educacional ou em qualquer outro ambiente. Trazer essa discussão não significa afirmar

que existe uma nomenclatura “correta”, mas sim apontar que algumas se aproximam ou se distanciam mais de uma concepção do que de outra.

Venho utilizando o termo altas habilidades/superdotação, pois acredito que a barra indica uma equivalência ou intercambialidade entre os termos altas habilidades e superdotação. A separação das expressões pode apontar para diferentes formas de identificar, avaliar e, conseqüentemente, construir caminhos educacionais e clínicos para atender e trabalhar com essa demanda. Enfim, minha intenção neste momento é chamar a atenção para a necessidade do avanço das discussões terminológicas, pois impactam também no cenário das políticas públicas e das necessidades específicas dessas pessoas. Esses/as estudantes fazem parte do público-alvo da Educação Especial e são caracterizados/as como pessoas que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Esses aspectos estão postos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, que inclusive está em processo de reformulação.

De todo modo, a influência teórica que temos no Brasil está muito sedimentada em Joseph Renzulli. Este autor americano traz inúmeras contribuições e vem, desde a década de 1970, influenciando mundialmente políticas, práticas e pesquisas. O modelo de enriquecimento curricular/escolar e a teoria dos Três Anéis, por exemplo, vem contribuindo muito com as dissertações e teses que desenvolvemos no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR.

Renzulli nos faz refletir sobre tipos de superdotação, nos aponta para a escolar ou acadêmica e a produtivo-criativa. Sem dúvida, até por conta dos mitos que envolvem a área, a escolar ou acadêmica é a mais identificada e reconhecida nas instituições educacionais, pois pode ser mais avaliada por testes de inteligência ou de habilidades cognitivas. Cabe destacar que geralmente estudantes com esse tipo de superdotação apresentam bom desempenho escolar e, por isso, são mais reconhecidos/as nas instituições escolares, pois podem ser identificados/as, digamos que, de forma mais objetiva. Renzulli, assim como também outros/as pesquisadores/as, aponta para a necessidade de superação do pensamento de que apenas os testes de quociente intelectual (QI) identificam as AH/SD. O estudioso afirma que precisamos estar atentos/as à interação de três conjuntos de traços: habilidade acima da média, criatividade e envolvimento com a tarefa, aspectos que são explanados na Teoria dos Três Anéis.

Howard Gardner é outro autor que tem nos ajudado nas pesquisas realizadas;

ele traz a teoria das Inteligências Múltiplas e propõe a existência de várias inteligências independentes, como a lógico-matemática, linguística, espacial, musical, cinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Muitos estudos brasileiros têm aplicado essa teoria para explorar a multiplicidade de talentos e habilidades, nos provocando a pensar em tipos de inteligência.

Em linhas muito gerais aponto essas duas referências que embasam os estudos e práticas em AH/SD, enfatizando que as pesquisas brasileiras refletem uma diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas, que não temos condição de tratar na entrevista.

Ana Paula e Nylcéa:

Com relação ao sistema educacional, também sabemos que há muitos debates sobre como acolher estudantes AH/SD e contribuir para sua permanência no sistema, seu bem-estar e seu desenvolvimento. Sabendo que essa é sua área de atuação e investigação, gostaríamos de saber como você vê o sistema educacional brasileiro em relação a essa questão.

Laura Ceretta Moreira:

É importante considerar que a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, trazem um divisor de águas com relação ao processo de inclusão e à concepção de Educação Especial, que passa a ser uma modalidade educacional. Isso significa dizer que nosso sistema educacional começa a agregar uma legislação com aspectos inclusivos, todavia o cumprimento desses aportes ser ainda bastante negligenciado.

Com relação a área das AH/SD, observa-se que a precária visibilidade desse público nos documentos internacionais e nacionais, se comparada às discussões das outras áreas de abrangência da Educação Especial, demonstra um enfraquecimento na efetivação das políticas públicas e dos direitos desses/as estudantes, o que impacta diretamente no seu acolhimento e na permanência de qualidade na escola e na universidade.

Voltando à questão entre o legal e o concreto, destaco a relevância, por exemplo, da Resolução do CNE/CEB nº 4/2009, que estabeleceu as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado, assegurando que estudantes com AH/SD receberiam apoio pedagógico suplementar, reforçando a aceleração de estudos

(avanço de ano escolar) e o enriquecimento curricular (atividades planejadas para que estudantes possam continuar no ano escolar em que estão sem perder a oportunidade de aprendizagem). Tais atividades possibilitam que estudantes AH/SD possam continuar se desenvolvendo, ampliando seus estudos e aprofundando conhecimentos.

Mais recentemente, em 2023, foram aprovadas as orientações específicas para o público da Educação Especial: atendimento de estudantes com AH/SD, por meio do Parecer 51 do CNE/CP. Considero este documento fundamental para o acolhimento e a permanência de estudantes com AH/SD, pois traz aspectos relevantes como a caracterização, a identificação, a avaliação, a organização de plano de atendimento educacional especializado (AEE), de programas de enriquecimento e de aceleração de estudos e aspectos relacionados à formação de professores/as, dentre outros aspectos. A elaboração deste parecer contou com a contribuição de pesquisadoras que fazem parte do Conselho Brasileiro para Superdotação e, sem dúvida, vai gerar inúmeros debates, que espero que provoquem ações concretas no cenário educacional brasileiro.

O estado do Paraná, se comparado às demais unidades federadas, apresenta ações que contribuem principalmente ao atendimento a esse alunado. Destaco as salas de recursos multifuncionais tipo I– para educação básica na área das altas habilidades/superdotação, que visam apoiar o atendimento e as necessidades educacionais especiais desses/as estudantes na rede estadual de educação, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

Todavia, a invisibilidade desses/as estudantes ainda é marcante tanto na educação básica como no ensino superior, basta acompanharmos os dados publicados pelo INEP. A falta de identificação desses/as estudantes impacta diretamente nas políticas educacionais destinadas a esse público, neste sentido, a ausência de formação inicial e continuada de professores/as contribui enormemente para a subnotificação desses/as estudantes. Por sua vez, o espaço escolar deveria estimular mais a identificação e as potencialidades de seus/suas estudantes. Porém, sinto que a falta de conhecimento a respeito da condição atrelada ao foco exacerbado na área das deficiências acaba afetando negativamente o público AH/SD.

Na prática, as escolas brasileiras têm enfrentado desafios na implementação das políticas produzidas, principalmente devido à falta de recursos, formação insuficiente de professores/as e dificuldades na identificação precoce desses/as estudantes. Contudo, iniciativas governamentais e não governamentais têm buscado superar esses obstáculos por meio da promoção de programas de formação continuada para professores/as, desenvolvimento de materiais didáticos específicos e fomento a pesquisas na área.

Estudos indicam que, na América Latina, o Brasil é um dos países mais bem

amparados em termos legais no que se refere ao atendimento educacional às AH/SD, porém continua sendo precária a identificação e o acompanhamento desses/as estudantes. Neste sentido, podemos trazer à tona o quanto a “exigência de laudo”, por parte de muitos municípios brasileiros, para a garantia do acesso ao atendimento educacional especializado impacta na inclusão real desses/as estudantes. Tal laudo tem um alto custo e é emitido exclusivamente por profissionais da área da saúde. Sendo assim, muitas crianças acabam não sendo identificadas por falta de acesso. Penso ser necessário lembrar que existe uma Nota Técnica, incluída nas Instruções do Censo Escolar, que explicita que o AEE deve atender às necessidades específicas de estudantes público-alvo da Educação Especial e constar do projeto político-pedagógico das escolas. Portanto, é preciso rever a supremacia da avaliação clínica em detrimento à educacional.

Compreendemos, também, que os mitos, a falta de informação e formação sobre AH/SD, trazem prejuízos que atingem desde a construção da identidade das pessoas com AH/SD até suas condições de exercer plenamente suas potencialidades e se desenvolver integralmente de forma saudável.

Ana Paula e Nylcéa:

Neste cenário descrito por você, temos conhecimento que, na UFPR, você tem empreendido muitos esforços tanto para investigar questões concernentes às AH/SD e orientar trabalhos na área quanto para abrir espaço e dar suporte a estudantes AH/SD. Imaginamos as dificuldades enfrentadas e gostaríamos que nos relatasse como foi a trajetória que você traçou para chegar até aqui. Além disso, poderia nos contar das ações que tem desenvolvido, os resultados alcançados, bem como as perspectivas e necessidades que observa?

Laura Ceretta Moreira:

Como comentei anteriormente, os esforços com relação à área das AH/SD na UFPR se sedimentam com a criação do NAPNE e, conseqüentemente, com a chegada de estudantes identificados/as e ou avaliados/as com superdotação. Esses/as estudantes buscaram o Núcleo, mas solicitaram que não fossem identificados/as na universidade, pois suas experiências na educação básica foram negativas, seja pelo *bullying* sofrido, ou o grau de exigência com relação ao seu desempenho em todas as áreas de desenvolvimento. Diante dessa situação, busquei apoio na rede básica de

ensino, que, sem dúvida, já possuía uma estrutura organizacional bem mais estruturada se comparada à universidade, o que continua sendo uma realidade.

As ações da UFPR até 2005 eram muito pontuais e enfrentávamos também vários mitos que se expressavam na fala, principalmente de gestores, afirmando que estudantes universitários/as que encararam um vestibular concorrido eram potencialmente superdotados e que não necessitavam de enriquecimento curricular, pois sabiam buscar caminhos formativos diversos na instituição. Esta realidade apontava para a necessidade de se pensar nos eixos de ensino, pesquisa e extensão nesta área. Começamos, então, a organização de um grupo de estudos, a realização de seminários e congressos no âmbito local, nacional e internacional sobre a temática. Em 2011, coordenamos o I Congresso Internacional de Altas Habilidades/ Superdotação, que reuniu mais de 1.200 inscritos/as e pesquisadores/as nacionais e internacionais. Naquele momento, já havíamos iniciado o processo de orientações de mestrado e doutorado na área de AH/SD, assim como, a organização de disciplina, mesmo que optativa, mais específica sobre superdotação.

Obviamente este percurso contou com o apoio de algumas pesquisadoras, ligadas, sobretudo, ao Programa de Pós-Graduação em Educação. De modo geral na UFPR ainda contatamos com um incipiente número de professoras/es, que pesquisam esta área, que identificam estudantes com essas características ou até mesmo que estão desenvolvendo ações de enriquecimento curricular.

Voltando às ações realizadas na UFPR, considero importante apontar que, entre 2016 e 2019, organizamos o Núcleo de Estudos e Práticas em Altas Habilidades (NEPAHS) que, até o início de 2019, atuou em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O NEPAHS era ligado ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e se constituía com a participação de professoras dos setores de Educação e Humanas, estudantes de graduação e pós-graduação, educadores/as e profissionais colaboradores/as da comunidade.

Este Núcleo foi criado para fortalecer ações que a UFPR possui na área de AH/SD e, quiçá atender a esse público. Neste período foi criado um protocolo para identificar e avaliar estudantes, mediante o Programa de Evidências Globais de AH/SD (PEGAHSUS).

É importante destacar que o NEPAHS, e de modo específico o PEGAHSUS, entre 2017 a 2019, rastreou 1169 estudantes universitários/as com indicadores de AH/SD. Desses/as, 164 estudantes foram indicados/as para Avaliação Psicoeducacional para identificação de AH/SD, sendo que 98 deles/as confirmaram a condição de AH/

SD a partir do Protocolo Estruturante de Avaliação Psicoeducacional. Infelizmente com a pandemia, a falta de profissionais e de recursos não conseguimos manter o NEPAHS. Uma lástima!

Em 2020, organizei o Laboratório de Pesquisas, Políticas e Práticas Educacionais em Altas Habilidades/Superdotação (LAPEAHS), que é um espaço interinstitucional de atuação coletiva e colaborativa, que busca reflexão, produção acadêmica e a formação transversal desde a educação básica ao ensino superior.

O LAPEAHS integra as ações dos Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva/Educação Especial: Políticas, Práticas e Processos de Desenvolvimento Humano (UFPR); Estudos e Pesquisas sobre Educação Inclusiva e o Aprender na Diversidade-GEIAD (UFMS) e Estudos e Pesquisas sobre Educação Inclusiva e o Aprender na Diversidade-GEIAD (UEA). Organiza rodas de conversa, eventos, fóruns, reuniões de estudo, junto à comunidade universitária da UFPR, instituições do ensino superior, rede básica de ensino, familiares e estudantes com AH/SD na modalidade remota e presencial. Desenvolve reflexões sobre identificação, enriquecimento curricular e políticas educacionais nacionais e internacionais na área de AH/SD. Vejo o LAPEAHS, como um espaço com possibilidades de se ampliar e se manter, pois o trabalho em rede entre universidades é um caminho promissor.

Mais recentemente colaborei com a organização do projeto de pesquisa Mulheres com altas habilidades ou superdotação: a não-identificação ou identificação tardia, que foi contemplado pelo Edital Universal em 2023. Este projeto em linhas gerais busca analisar os impactos da falta da análise dos marcadores interseccionados com a trajetória acadêmica e profissional de mulheres adultas com AH/SD em três países latino-americanos: Brasil, Chile e Uruguai. Para tanto, mapeará as mulheres adultas identificadas, em processo de identificação ou autoidentificação e investigará suas trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais, localizando e procurando compreender os contextos que favorecem sua (auto)identificação bem como o desenvolvimento de sua subjetividade. A equipe do projeto é constituída por pesquisadoras de universidades brasileiras, uruguaias e chilenas. A intenção é ampliar a compreensão de como marcadores de raça, gênero, classe, localidade geográfica, dentre outros, contribui para a identificação e a trajetória de vida das participantes. Um grande desafio, sem dúvida!

Também estou participando do grupo de pesquisa Phoenix International Research Group, liderado pela Profa. Dra. Susana Barrero Pérez da UDE/Uruguai, que investiga a trajetória de pessoas adultas com AH/SD e a relação socioemocional.

O grupo de pesquisa é composto de 46 pesquisadores/as e agrega 25 países, que são Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Chipre, República Checa, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Honk Kong, China, Índia, Indonésia, Jordan, Líbano, México, Holanda, Peru, Arábia Saudita, Eslovênia, Coréia do Sul, Tailândia, Estados Unidos e Uruguai. Considero esta a maior pesquisa em termos mundiais sobre adultos com superdotação, que, com certeza, trará muitos impactos no contexto político, educacional e cultural. O cruzamento das respostas entre países será fundamental para conhecermos muitos marcadores sociais, certamente questões de raça, gênero, geração, classe e território virão à tona e será possível construir sentidos sobre como impactam a vida de diferentes mulheres em âmbito internacional.

Ana Paula e Nylcéa:

Nos últimos anos, temos observado o crescimento de avaliações não apenas para AH/SD, mas também para outras neurodivergências. Como você vê a avaliação e o acompanhamento multidisciplinar dessas neurodivergências? Acredita que são excessivas ou passamos a ter um olhar mais atento para essas questões?

Laura Ceretta Moreira:

Realmente, nos últimos anos os conceitos, a compreensão sobre o espectro da neurodivergência e, conseqüentemente, os diagnósticos, têm crescido demasiadamente, porém, nem sempre veem sendo acompanhados de uma avaliação que observe e analise a pessoa de modo integral, ou seja, em todas as suas áreas de desenvolvimento. Recebemos muitos diagnósticos na universidade realizados de modo aligeirado, marcadamente apontando para o distanciamento entre o clínico e o educacional.

Esta realidade pode ser constatada na prática, seja na sala de aula, seja na gestão de serviços de apoio às necessidades educacionais de estudantes na universidade. Como tenho acompanhado os processos de inclusão nas escolas públicas, observo também essa situação com frequência.

Sobretudo com relação ao Transtorno do Espectro Autista, a situação merece cuidado, ou seja, o aumento nas avaliações das neurodivergências, pode ser visto sob várias lentes, cada uma revelando nuances importantes. Isto não significa dizer que não há positividade no aumento de identificações, ao contrário, se conseguirmos adensar as discussões e trabalharmos em rede de apoio, os benefícios individuais (para a pessoa neurodivergente), sociais, educacionais serão enormes. O respeito às

condições diversas que fazem parte do humano, são fundamentais para uma sociedade menos excludente e não capacitista.

Com relação às AH/SD, percebo um impacto menor, se comparado às identificações e avaliações de TEA, TDHA e dislexia, por exemplo. Porém, é possível observar no cotidiano que o tema da superdotação é mais recorrente, sobretudo nos últimos 5 anos. Podemos apontar que, mesmo com fragilidades, o fato de termos aportes legais e programas educacionais em alguns estados brasileiros para AH/SD tem colaborado para a desmistificação do tema e a procura pela identificação. E essa “procura” pela identificação tem vindo muito das famílias, as quais têm tido maior acesso à informação e, com isso, buscado profissionais para avaliar suas crianças. Esta é uma situação que traz contribuições, mas, ao mesmo tempo, merece um olhar especial, pois precisamos compreender melhor o movimento que as famílias estão organizando no Brasil, como estão sendo orientadas e de fato ouvidas, se têm acesso ao olhar clínico e educacional, etc.

Comentei há pouco sobre a questão do laudo ou avaliação médica para as pessoas com AH/SD, retomarei breves pontos sobre essa questão. Não defendemos que a identificação de AH/SD tenha o caminho único do laudo e que somente com este documento o/a estudante tenha garantido o acesso ao atendimento educacional especializado, entendemos isso como cerceamento do direito à educação.

Na educação básica, o/a professor/a da sala de recursos multifuncionais possui condições de identificar as necessidades especiais dos/das estudantes, sejam eles/elas com deficiência e/ou com AH/SD e elaborar o plano de atendimento educacional especializado, ou seja, um plano de estudo individual, além de orientar os/as professores/as de sala de aula comum para que o AEE seja um atendimento verdadeiramente inclusivo. Portanto, a própria escola precisa conhecer mais profundamente o trabalho das salas de recursos multifuncionais, assim como o Estado necessita investir mais na formação de docentes para essa área e investir em recursos humanos e materiais, pois, com certeza, teremos um maior número de estudantes identificados desde os primeiros anos de escolarização e o investimento será revertido em melhores condições para o atendimento desse público e, conseqüentemente, um melhor desenvolvimento desses/as estudantes. Desse modo, as possibilidades de oferecimento de um acompanhamento multidisciplinar, que envolve o diálogo entre família/profissionais/estudantes com AH/SD terá mais condições de efetivação. O fato é que temos muito a realizar pela e para a inclusão, pois é um processo que não acaba, sobretudo diante de uma sociedade tão desigual!

Ana Paula e Nylcéa:

Agradecemos imensamente sua disponibilidade em dialogar com a gente, relatar sua trajetória como pesquisadora e docente em nossa instituição, discutir conceitos, políticas públicas, avanços e necessidades. Finalizamos com o desejo de que os investimentos em formação e em recursos humanos e materiais se concretizem em prol de uma sociedade com mais equidade e com maior reconhecimento da diversidade que nos constitui.